



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Av. Presidente Dutra, 1889 - Bairro Baixa da União - CEP 76801-976 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

PROCESSO: 0003344-58.2022.6.22.8000.

INTERESSADO: SGP.

ASSUNTO: Análise - Novo Pregão Eletrônico - Contratação de pessoa jurídica para fornecimento de passagens aéreas.

PARECER JURÍDICO Nº 97 / 2023 - PRES/DG/SAOFC/AJSAOFC

I - RELATÓRIO

01. Trata-se de procedimento administrativo instaurado pela Coordenadoria Técnica e de Pagamento – COTEP da SGP deste Tribunal, objetivando a efetiva contratação de serviço de agenciamento de viagens para fornecimento de passagens aéreas, compreendendo os serviços de cotação, reservas, marcação, remarcação, emissão, cancelamento, para trechos nacionais e internacionais, por meio de atendimento remoto (sistema de cotação e reserva online, e-mail e telefone) ([0939608](#)). Após manifestação desta unidade jurídica por meio do Parecer Jurídico n. 20/2023 ([0977010](#)) e autorização da contratação pela autoridade administrativa ([0978256](#)), desencadeou-se o certame pela publicação do Edital do Pregão Eletrônico n. 2/2023 ([0995531](#)), o qual restou fracassado ([1002734](#)).

02. Na sequência, a unidade demandante inseriu nova Informação Conclusiva Valor Estimado ([1003361](#)), novo Estudo Técnico Preliminar ([1003361](#)) e por fim, novo Termo de Referência ([1003410](#)), além de também informar ao GABSAOFC ([1003457](#)) que foram realizados novos estudos e modulações da presente contratação com o objetivo de mitigar riscos e nova frustração de certame.

03. Após regular tramitação e inseridos os novos documentos definidores do planejamento da contratação, por meio do Despacho n. 890/2023 ([1003511](#)), a SAOFC em substituição enviou o processo a esta unidade para Análise Jurídica e à SECONT para elaboração de minuta contratual.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

04. A Seção de Apoio às Contratações - SAC, detectou a necessidade de adequações nos documentos que correspondem ao planejamento da contratação ([1003619](#)), pois verificou-se que o ETP ([1003408](#)) e a ICVEC ([1003361](#)) foram elaborados ainda sob o manto da Lei do Pregão 10.520/2002 e os respectivos normativos que instrumentalizavam a Lei n. 8.666/1993. Contudo, o **Termo de Referência nº 8/2023** ([1003410](#)) foi elaborado seguindo a nova Lei de Licitações nº 14.133/2021, de aplicação da nova IN TR-RO 04/2023.

05. Dando continuidade ao procedimento, o GABSGP inseriu novo Termo de Referência ([1003796](#)) adequando os referidos termos da contratação à égide da Lei n. 8.666/1993.

06. Em nova análise, a Seção de Apoio às Contratações (SAC) concluiu sua análise nos seguintes termos ([1002879](#)) e remeteu o feito a esta unidade para análise jurídica ([1004881](#)):

4 - CONCLUSÃO: Da análise acima exposta, conclui-se que o **TERMO DE REFERÊNCIA Nº10/2023 - PRES/DG/SGP/GABSGP**, evento ([1003796](#)) - complementado pela pesquisa de preços e demais elementos ao processo - encontra-se em consonância com as normas gerais de contratações estabelecidas pelo disposto no inciso II do artigo 3º da Lei n. 10.520/2002, art. 3º, XI do Decreto Federal n. 10.024/2019, ainda, às disposições da Instrução Normativa TRE-RO n. 004/2008.

07. Após as informações solicitadas pela SPOF, a unidade demandante explicitou os valores necessários para programação no exercício corrente e para a execução futura no exercício de 2024 vindo assim ao processo ([1005669](#), [1005676](#), [1005687](#) e [1005609](#)) os reforços às programações já existente nos autos ([0966193](#), [0966204](#), [0966210](#), [0966220](#)). Consta, ainda, informação de que as despesas pretendidas pela Administração estão adequadas e compatíveis orçamentária e financeiramente com a lei orçamentária anual, o plano plurianual e a lei de diretrizes orçamentárias referentes a este exercício financeiro (LC nº 101/2000, art. 16, II, c/c o § 4º, I do mesmo artigo).

Assim instruídos, vieram os autos para análise jurídica. **É o necessário relato.**

II – CONSIDERAÇÕES INICIAIS



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

08. Inicialmente, convém ressaltar que este parecer utiliza como base os elementos que constam nestes autos (0003344-58.2022.6.22.8000) até a presente data.

09. Ressalte-se que, conforme art. 58-A, inciso I c/c XI, do Regimento Interno do Corpo Administrativo do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, com redação dada pelo Resolução TRE-RO n. 11/2022 - e demais atos normativos regulamentadores das atividades dos Assessores Jurídicos - é responsabilidade desta Assessoria prestar consultoria jurídica, de forma imparcial, aos atos praticados no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia – TRE-RO.

10. O presente parecer se restringirá aos aspectos jurídicos, com base nas peças constantes dos autos, não adentrando no mérito técnico e administrativo, o que compreende também eventuais quantitativos e estimativas que nele possam ter sido juntadas, salvo patente ilegalidade. Isso não significa, porém, que não poderão ser tecidas considerações e recomendações a respeito da motivação dos atos para melhor embasá-los.

11. A manifestação jurídica tem o escopo de assistir a autoridade assessorada no controle interno da legalidade administrativa dos atos a serem praticados.

12. De outro lado, cabe esclarecer que, via de regra, não é papel do órgão de assessoramento jurídico exercer a auditoria quanto à competência de cada agente público para a prática de atos administrativos. Incumbe, isto sim, a cada um destes observar se os seus atos estão dentro do seu espectro de competências.

III – ANÁLISE JURÍDICA

3.1 Aplicação da Lei n. 10.520/2002 e da Lei n. 8.666/93 ao procedimento da contratação pretendida - Possibilidade.

13. Registra-se que a presente contratação, inicialmente autorizada pela autoridade administrativa na data de 16/02/2023 ([0978256](#)) e que teve o edital certame publicado na data de 1º/03/2023 ([0981557](#)) encontra-se formatada nos moldes da **Lei n. 10.520/2002** (Lei do Pregão) com aplicação subsidiária da **Lei n. 8.666/93** (Lei de Licitações e Contratos), tudo em harmonia com a redação original da **Lei 14.133, de 1º de abril de 2021**, que, nas regras combinadas dos artigos 191 e 193, II,



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

possibilitava a adoção desses regimes **até o dia 1º/04/2023**, data a partir da qual seriam revogados.

14. Todavia, na data de **31 de março de 2023** foi editada a **Medida Provisória n. 1.167**, que alterou os referidos dispositivos legais, concedendo à Administração a faculdade de continuar optando pelos regimes jurídicos das referidas leis, desde que a opção escolhida seja expressamente indicada no edital e a publicação do instrumento convocatório ocorra até 29 de dezembro de 2023. Veja-se:

Art. 191. Até o decurso do prazo de que trata o inciso II do caput do art. 193, a Administração poderá optar por licitar ou contratar diretamente de acordo com esta Lei ou de acordo com as leis citadas no referido inciso, desde que: [\(Redação dada pela Medida Provisória nº 1.167, de 2023\)](#)

I - a publicação do edital ou do ato autorizativo da contratação direta ocorra até 29 de dezembro de 2023; e [\(Incluído pela Medida Provisória nº 1.167, de 2023\)](#)

II - a opção escolhida seja expressamente indicada no edital ou no ato autorizativo da contratação direta. [\(Incluído pela Medida Provisória nº 1.167, de 2023\)](#)

(...)

Art. 193. Revogam-se:

(...)

II - em 30 de dezembro de 2023: [\(Redação dada pela Medida Provisória nº 1.167, de 2023\)](#)

a) a [Lei nº 8.666, de 1993](#); [\(Incluído pela Medida Provisória nº 1.167, de 2023\)](#)

b) a [Lei nº 10.520, de 2002](#); e [\(Incluído pela Medida Provisória nº 1.167, de 2023\)](#)

(...)

15. Nessa mesma esteira são também as conclusões do **Acórdão TCU n. 507/2023 – Plenário**, que estabeleceu que os processos licitatórios e os de contratação direta nos quais houve a **“opção por licitar ou contratar”** pelo regime antigo (Lei 8.666/1993, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011) até a data de 31/3/2023, poderão ter seus procedimentos continuados com fulcro na legislação pretérita, desde que a publicação do Edital seja materializada até 31/12/2023, veja-se:

(...)

9.2. firmar o entendimento, com base no art. 16, inciso V, do Regimento Interno deste Tribunal, de que:

9.2.1. os processos licitatórios e os de contratação direta nos quais houve a “opção por licitar ou contratar” pelo regime antigo (Lei 8.666/1993, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011) até a data de 31/3/2023 poderão ter seus



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

procedimentos continuados com fulcro na legislação pretérita, desde que a publicação do Edital seja materializada até 31/12/2023;

9.2.2. os processos que não se enquadrarem nas diretrizes estabelecidas no subitem anterior deverão observar com exclusividade os comandos contidos na Lei 14.133/21;

9.2.3. a expressão legal “opção por licitar ou contratar” contempla a manifestação pela autoridade competente que opte expressamente pela aplicação do regime licitatório anterior (Lei nº 8.666/1993, Lei nº 10.520/2002 e Lei nº 12.462/2011), ainda na fase interna, em processo administrativo já instaurado.

(...)

16. Dessa forma, já ocorrida a opção pelo regime jurídico anterior, tem-se como cristalina a existência de autorização legal, pela redação do art. 191 c/c 193, II, da Lei n. 14.133/2021, para que a Administração continue a utilizar os regimes da Lei n. 10.520/2002 e da Lei n. 8.666/93 para o processamento da contratação devendo, para tanto, realizar a publicação do edital do certame até o dia 30/12/2023.

3.2 Do objeto e da adoção da modalidade do Pregão eletrônico

17. Os requisitos a serem observados na fase preparatória da licitação na modalidade pregão em sua forma eletrônica foram estabelecidos no art. 3º da Lei n. 10.520/2002 c/c no inciso XI do art. 3º do Decreto Federal n. 10.024/19.

18. Em vista do que disciplinam os referidos artigos, a aprovação dos Termos de Referência é de competência exclusiva da Autoridade competente, de acordo com inciso II, do artigo 14 do Decreto n. 10.024/2019. Cabendo então às Assessorias Jurídicas da Administração o exame e aprovação das minutas de editais de licitação, bem como as dos contratos, acordos, convênios ou ajustes, consoante parágrafo único do art. 38 da Lei n. 8.666/93.

19. Porém, pelo comando do artigo 11 da Instrução Normativa TRE-RO n. 04/2008, forçosa a análise do Termo de Referência n. 10/2023-GABSGP ([1003796](#)), por esta Assessoria Jurídica, não obstante a análise de conformidade realizada pela SAC ([1004476](#)).

20. De acordo com o referido **art. 3º do Decreto Federal n. 10.024/19**, na definição do objeto contratual e dos métodos para a sua execução, são vedadas especificações excessivas, irrelevantes ou desnecessárias, que limitem ou frustrem a competição ou a realização do certame, condição necessária para aferição da licitude da competição.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

21. Quanto a esse requisito, a unidade demandante registrou nas justificativas que integram o TR, entre outras, que (...) *O serviço de fornecimento de passagens aéreas é de vital importância para o cumprimento da missão institucional do TRE-RO dada a necessidade constante de deslocamento de magistrados e servidores para eventos preparatórios das eleições junto ao Tribunal Superior Eleitoral, treinamentos, reuniões de trabalho, participação em eventos em outras unidades da federação, bem como prover a vinda de palestrantes, servidores, instrutores e magistrados de outras localidades para a realização ou participação em eventos (...).*

22. Quanto à definição da modalidade de licitação, o Tribunal de Contas da União, considerando o uso de Pregão Eletrônico, assim prescreve:

Acórdão 2172/2008 Plenário (Sumário) - A utilização da modalidade pregão é possível, nos termos da Lei nº 10.520/2002, sempre que o objeto da contratação for padronizável e disponível no mercado, independentemente de sua complexidade.

Acórdão 265/2010 Plenário - Utilize obrigatoriamente a modalidade pregão para aquisição e/ou contratação de bens e serviços comuns, ou seja, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado, conforme regra ínsita no art. 1º, parágrafo único, da Lei nº 10.520/2002, incluindo nessas características os bens e serviços de TI.

(...)

23. O Manual de Licitações & Contratos do Tribunal de Contas da União – 4ª edição assim estabelece:

Bens e serviços comuns são produtos cuja escolha deve ser feita com base somente nos preços ofertados, por serem comparáveis entre si e não necessitarem de avaliação minuciosa.

(...)

Bens ou serviço será comum quando for possível estabelecer, para efeito de julgamento da proposta, por intermédio de especificações utilizadas no mercado, padrões de qualidade e desempenho peculiares ao objeto. O estabelecimento desses padrões permite ao agente público analisar, medir ou comparar os produtos entre si e decidir pelo melhor preço.

24. Como visto, a utilização da via do pregão eletrônico está condicionada às demandas constituídas por objetos comuns, requisito definido pelo **parágrafo único do artigo 1º da Lei n. 10.520, de 17 de julho de 2022**, veja-se:

(...)

Parágrafo único. Consideram-se bens e serviços comuns, para os fins e efeitos deste artigo, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

25. Na mesma linha é a redação do novel **Decreto Federal n. 10.024, de 20 de setembro de 2019**, que, de igual forma, também traz sua definição para “bens e serviços comuns”, na qual apenas acresceu a característica de reconhecibilidade das especificações pelo mercado, veja-se:

Definições

Art. 3º Para fins do disposto neste Decreto, considera-se:

...

II - bens e serviços comuns - bens cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações reconhecidas e usuais do mercado;

26. No caso em tela, os serviços pretendidos estão definidos e detalhados de forma objetiva por meio das especificações constantes no capítulo 2 do TR, indicando de forma precisa, suficiente e clara, sem especificações que, por excessivas, irrelevantes ou desnecessárias, limitem ou frustrem a competição ou sua realização.

27. Assim, considerando que o valor estimado da contratação extrapola a situação de dispensa legal e, tratando-se de **serviço comum**, cujos padrões de qualidade podem ser **objetivamente** definidos pelo edital, por meio de especificações reconhecidas e usuais do mercado (**inciso II do art. 3º do Decreto Federal n. 10.024/19**) - o que se vislumbra no caso em exame - tem-se como imperiosa a adoção da modalidade de **Pregão, em sua forma eletrônica**, em cumprimento ao **art. 1º da Lei n. 10.520/2002** e **§ 1º do art. 21 do Decreto n. 10.024/2019**, **salvo** comprovada inviabilidade de sua utilização, devidamente justificada pela autoridade nos autos, na forma preconizada pelo **art. 1º, § 4º, do Decreto n. 10.024/2019** (**situação que não foi noticiada neste processo**).

28. O edital de licitação - caso aprovada a pretensão pela autoridade superior - deve estabelecer o tipo de licitação, em conformidade com o que determina o **art. 4º, X, da Lei n. 10.520/2002** para a aquisição do objeto pretendido, o qual deverá se dar pelo **menor preço, obtido por meio do maior desconto**, para o único item existente, sob o regime de empreitada por preço global, sob execução indireta, para a seleção da proposta mais vantajosa dos serviços pretendidos, para a qual deverá ser adotado modo de disputa por **LANCES ABERTOS, com intervalo mínimo de 0,1% (um décimo por cento) entre os lances**, na forma do Parágrafo único do Art. 31 c/c o Art. 32 do Decreto Federal n. 10.024/2019.

3.3. Do valor estimado da contratação



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

29. Acerca do valor estimado, é necessário tecer alguns apontamentos. O Tribunal de Contas da União (TCU) orienta sobre o procedimento de aferição do valor a ser utilizado no certame como parâmetro para mensurar o preço aceitável de determinado objeto. Veja-se:

AC 0265/2010 ATA 05 - PLENÁRIO- Relator: Ministro RAIMUNDO CARREIRO

[Auditoria. Tecnologia da Informação. Estimativa de preços.]
[ACÓRDÃO]

9.1. determinar à Caixa Econômica Federal - CEF que:
[...]

9.1.12. realize uma detalhada estimativa de preços com base em pesquisa fundamentada em informações de diversas fontes propriamente avaliadas, como, por exemplo, cotações específicas com fornecedores, contratos anteriores do próprio órgão, contratos de outros órgãos e, em especial, os valores registrados no Sistema de Preços Praticados do SIASG e nas atas de registro de preços da Administração Pública Federal, de forma a possibilitar a estimativa mais real possível, em conformidade com os arts. 6º, inciso IX, alínea "f", e 43, inciso IV, da Lei nº 8.666/97;

30. Requisito também exigido pelo **art. 15 do Decreto n. 10.024/2019**, a apuração do valor estimado tem regras próprias definidas por este órgão no documento padronizado denominado **INFORMAÇÃO CONCLUSIVA SOBRE O VALOR ESTIMADO DA LICITAÇÃO**, que no caso em análise, foi juntado ao processo no evento ([1003361](#)), estando os requisitos da estimativa insertas nesse documento após pesquisa de aquisições e contratações neste mesmo regional e que foram considerados para a estimativa final da aquisição ou contratação.

31. No *caput* do art. 6º, a IN MPOG n. 03/2015 orienta sobre a definição do preço estimado para serviços de agenciamento de viagens, *in verbis*:

Art. 6º A remuneração total a ser paga à agência de turismo será apurada a partir do valor ofertado pela prestação do serviço de agenciamento de viagens, multiplicado pela quantidade de passagens emitidas, remarçadas ou canceladas e serviços correlatos.

32. Contudo, tal regra **não é de cunho obrigatório para esta Administração**, pois as disposições contidas nas instruções normativas expedidas pelo Ministério do Planejamento têm como destinatária o Poder Executivo e, portanto, não são de aplicação automática e obrigatória a este órgão, integrante do Poder Judiciário. Nesse sentido, cita-se a segura lição de Marçal, *verbis*:

As contratações de serviços, no âmbito da União, apresentam algumas peculiaridades derivadas da edição de diversas Instruções Normativas. A questão adquiriu novos contornos em vista, especificamente, da IN nº 2, de 30 de abril de 2008 (que sofreu várias alterações), da IN nº 4, de 19 de maio de 2008 e da **IN nº 1**,



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

de 19 de janeiro de 2010, toda editadas pela Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação – SLTI do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

[...]

Como é evidente, uma instrução normativa **não apresenta eficácia vinculativa similar a uma lei**. A instrução normativa veicula normas de nível infralegal e infraregulamentar. Trata-se de normas jurídicas complementares, destinadas a orientar e padronizar a atividade administrativa.

[...]

Outra questão relevante envolve a pretensão contemplada na Instrução Normativa nº 2 (refletindo determinação contida no Dec. nº 1.094 e no próprio Dec. nº 6.081), de vincular todos os órgãos da Administração Federal direta, autárquica e fundacional. Ora, uma das características inerentes às autarquias e às fundações reside na sua autonomia, cuja extensão é determinada na lei instituidora. Logo, não cabe ao Presidente da República competência para emitir normas de serviço aplicáveis às autarquias.

[...] **Esse entendimento não pode ser mantido a partir da vigência da CF/88. Portanto, deve-se reputar que o Dec. 1.094 aplica-se exclusivamente no âmbito do Poder Executivo Federal propriamente dito**, tal como se passa com a competência instituída pelo Dec. nº 6.081. **Por isso, a IN nº 2 não alcança as atividades administrativas desempenhadas por outros Poderes nem aquela desenvolvida no âmbito da Administração autárquica e fundacional.** (Marçal Justen Filho Comentários à lei de licitações e contratos administrativos, 15 ed., São Paulo, Dialética, p. 143 e 145) (negritou-se e grifou-se)

33. Destarte, a unidade solicitante **não adotou a fórmula utilizada no dispositivo acima citado**, optando por utilizar o valor estimado da contratação aplicado do maior desconto percentual ofertado para fornecimento de passagens aéreas, conforme itens do TR em questão:

6.1.1 Trata-se serviços comuns, posto que os padrões de desempenho e qualidade estão objetivamente definidos neste termo de referência por meio de especificações usuais no mercado, sendo certo afirmar que não haverá aferição de outros fatores que possam influenciar no preço final dos serviços. Dessa forma, com fundamento no Art. 1º da Lei nº 10.520/2010 e no Art. 1º do Decreto Federal n. 10.024/2019, entende-se que deverá ser adotada a modalidade de pregão, na forma eletrônica, **do tipo MENOR PREÇO, obtido por meio do maior desconto, por item**, sob o regime de empreitada por preço global, sob execução indireta, para a seleção da proposta mais vantajosa dos serviços pretendidos neste TR, para a qual deverá ser adotada modo de disputa por LANCES ABERTOS, com intervalo mínimo de 0,1% (um décimo por cento) entre os lances, na forma do Parágrafo único do Art. 31 c/c o Art. 32 do Decreto Federal n. 10.024/2019.

34. Ademais, no item 5.1 do TR a unidade demandante considerou os valores do contrato vigente, a disponibilidade orçamentária para 2023, capacitações, reuniões de trabalho e outras previstas para execução das atividades do Tribunal, estimou o consumo de 161 passagens



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

aéreas com o valor total estimado com um desconto mínimo de **0,36%**, apresentando o valor estimado de R\$ 385.206,99.

35. A pesquisa de mercado sistematizada no documento juntado ao evento ([1003361](#)), aponta que a média alcançada foi o percentual de desconto no patamar acima mencionado.

3.4 Dos Critérios de sustentabilidade ambiental

36. No âmbito do Poder Judiciário, o normativo que aborda essa temática é a Resolução nº 400/2021 do Conselho Nacional de Justiça – CNJ, qual determina **institui a atual política a ser adotada**. Essa norma reforça a promoção das contratações sustentáveis com a integração dos aspectos ambientais, econômicos e sociais do desenvolvimento sustentável (art. 6º, §3º). Dispõe, ainda, que a fomentação de prática de sustentabilidade, racionalização e consumo consciente nesta seara é competência dos núcleos socioambientais e orienta as etapas de sua efetivação (§4º, art. 6º). Ademais, menciona que as contratações feitas pelos órgãos do Poder Judiciário deverão, dentre outros, adotar os critérios de sustentabilidade.

37. No caso ventilado, em razão do objeto do TR e para cumprimento dessas normas, será exigido da contratada que utilize, desde que possível, a via digital para envio de formulários, bilhetes, correspondências e todos os demais documentos decorrentes da execução do contrato (item 3.5.5 do TR).

38. Levando em consideração a necessidade contínua de Administração Pública transacionar com objetivo de desenvolver suas atividades precípuas junto aos jurisdicionados, entende-se que é coerente o requerimento acima assentado. Não se pode suspender todas os processos licitatórios até o TRE-RO estar em plena consonância com os preceitos de sustentabilidades exigidos. Esta é uma transformação morosa, pois se trata, também de mudança custosa de consciência coletiva.

39. Neste contexto, a corroborar o posicionamento expedido nos tópicos anteriores, impende fazer à colação da decisão monocrática proferido pelo Ministro Benjamim Zymler no TC-003.405/2010-9, *ipsi litteris*:

Louvável a preocupação dos gestores em contratar empresas que adotem em seus processos produtivos práticas responsáveis ambientalmente. [...] a adoção dessas restrições ambientais **deve se dar paulatinamente**, de forma que os **agentes do mercado possam se adaptar a essas** novas exigências antes delas vigorarem plenamente. Caso contrário, estar-se-ia criando uma reserva de mercado para as poucas empresas que cumprirem de antemão essas exigências, implicando violação



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

ao princípio constitucional da livre concorrência, maiores custos e reduzidas ofertas de produtos.

40. Com essas considerações, tem-se que os referidos critérios de sustentabilidade, exigência apenas de disponibilização digital para envio de formulários, bilhetes, correspondências e todos os demais documentos decorrentes da execução do contrato, podem ser abrigados.

3.5. Do regime de tratamento diferenciado e simplificado para as ME/EPPS

41. Segundo o comando inserto no artigo 47 da Lei Complementar n. 123/2006 (Estatuto Nacional da Microempresa - ME e da Empresa de Pequeno Porte – EPP), as EPP e ME fruirão de tratamento diferenciado e simplificados nas contratações públicas com intuito de promover o desenvolvimento econômico e social na esfera municipal e regional, bem como ampliar a eficiência das políticas e o incentivo à inovação tecnológica.

42. Nos termos do disposto no artigo art. 48, inciso I da LC 123/2016 e do art. 6º do Decreto n. 8.538/2015, o qual regulamentou a referida LC, deverá ser aplicada o regime de exclusividade para participação de ME e EPP nos certames com valores estimados até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais).

43. Considerando que o valor estimado da contratação excede R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) não terá aplicação o regime de exclusividade na participação de microempresas e empresas de pequeno porte, na forma estabelecida pelo art. 49, III, da LC 123/2006 e pelo art. 10, II, do Decreto Federal n. 8.538/2015, como apontado no item 6.2.1 do Termo de Referência ([1003796](#)).

3.6. Dos demais elementos do TR

44. O Termo de Referência registra ainda os demais elementos trazidos pelo **art. 3º, inciso XI do Decreto Federal n. 10.024/2019**, a saber: **a)** Requisitos específicos de habilitação, item 6.4; **b)** critério de julgamento de propostas, item 6.3; **c)** o prazo para vigência do contrato, item 7.2.1; **d)** os deveres do contratado e do contratante - Capítulos 10 e 11; **e)** as sanções previstas de forma objetiva, suficiente e clara, capítulo 12; e **f)** os procedimentos de fiscalização e gerenciamento do contrato, capítulo 13 e 14. Todos os requisitos citados foram inseridos no documento técnico e seus anexos, motivo pelo qual



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

pode-se afirmar que o TR contempla os elementos essenciais exigidos no referido disposto regulamentar.

IV – CONCLUSÃO

45. De forma preliminar - e na esteira do que registrado no Seção 3.1 deste parecer - como já ocorrida a opção pelo regime jurídico anterior, tem-se como cristalina a existência de autorização legal, pela redação do art. 191 c/c 193, II, da Lei n. 14.133/2021, para que a Administração continue a utilizar os regimes da Lei n. 10.520/2002 e da Lei n. 8.666/93 para o processamento da contratação devendo, para tanto, deverá realizar a publicação do edital do certame até o dia 30/12/2023.

46. No que diz respeito ao Termo de Referência nº 10/2023 ([1003796](#)), também já analisado e tido como regular pela SAC ([1004476](#)), verifica-se que possui os elementos essenciais definidos no inciso XI do art. 3º do Decreto Federal nº 10.024/19. Assim, poderá ser o instrumento submetido à aprovação da autoridade competente, em atendimento ao inciso II do art. 14 do mesmo regulamento.

47. Caso aprovado pela autoridade competente, a contratação pretendida se amolda na modalidade licitatória **pregão, na forma eletrônica, do tipo menor preço para o único item do certame, obtido por meio do maior percentual de desconto ofertado**, com fundamento na **Lei n. 10.520/02 e art. 1º, § 1º, do Decreto n. 10.024/19, não** sendo observado o regime de exclusividade destinado às ME/EPP's, já que o valor estimado está acima do limite previsto no **art. 6º, do Decreto 8.538, de 6 de outubro de 2015**.

48. Na busca da ampliação da competitividade e da proposta mais vantajosa, considerando sobretudo o fracasso do certame anterior ([0995531](#)), **sugere-se a divulgação do valor estimado da contratação para aplicação do desconto e a divulgação do percentual mínimo estimado do desconto, nos termos do § 3º do artigo 15 do Decreto 10.024/2019.**

49. Destaca-se ainda que a minuta do contrato, receberá sua análise de conformidade com as regras da Lei n. 8.666/93, juntamente com a do edital de pregão eletrônico e seus demais anexos.

50. Por fim, registre-se que esta Assessoria Jurídica analisou os aspectos formais e jurídicos da situação a ela submetida, já que não



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

possui aptidão para pronunciar-se acerca dos aspectos técnicos associados ao objeto.

À consideração da autoridade competente.



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Katibone Holanda, Assistente Jurídico**, em 04/05/2023, às 15:17, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **JAMIL JANUARIO, Assessor Jurídico**, em 04/05/2023, às 15:18, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **1005853** e o código CRC **8922D318**.